

O BRASIL OLHA PARA A ÁFRICA: LUSOTROPICALISMO NA ABERTURA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O CONTINENTE AFRICANO

Fernando Sousa Leite¹

Introdução

Ao ascender à Presidência da República, a 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros se propõe a empreender um conjunto de ações no âmbito internacional, que seria reunido sob o nome de Política Externa Independente, a PEI. A política exterior desse presidente propunha-se, entre outras medidas interpretadas como inusitadas e originais, a buscar um continente há muito esquecido no portfólio de relações exteriores do país: a África. Contrariamente ao seu antecessor, Juscelino Kubitschek, que sustentava uma “política externa de retaguarda, contra uma política interna avançada” (Rodrigues 1963, 392), Quadros tomará posições consideradas vanguardistas no âmbito externo, ainda que tenha engendrado uma política doméstica interpretada como conservadora.

Apesar de Jânio Quadros representar um personagem caricato para a historiografia nacional, a idealização da vertente africanista de sua política externa pautou-se, sobremaneira, pelo pragmatismo. Tratou-se de um ajuste do relógio da atuação exterior do Brasil, uma tentativa de adequar suas ações ao conjunto de modificações que se sucediam nas relações internacionais. A forma como foi realizada essa inflexão em direção à África pode ser criticada em diferentes aspectos, mas o diagnóstico de que seria necessário proceder a uma abertura para a África pode ser aduzido como correto.

A economia ditava os rumos a serem delineados pela política externa. Em uma perspectiva racional, a adição do reconhecimento das independências

¹ Instituto Rio Branco, Ministério de Relações Exteriores, Brasília, Brasil. E-mail: fernandos-leite@hotmail.com

dos territórios africanos ao cálculo de ação internacional do Brasil poderia trazer ganhos marginais significativos, caso comparado à manutenção de uma espécie de diplomacia cultural de vertente afetiva ou sentimental com Portugal. Era oportuno atualizar o relógio da atuação exterior brasileira em relação ao compasso das mudanças que ocorriam em âmbito internacional, e um desses ponteiros referia-se justamente a um posicionamento quanto à eclosão da descolonização africana. Ainda que vacilante em suas maneiras, a PEI logrou servir ao menos como um protocolo de intenções a ser devidamente colocado em prática no longo prazo. Houve, não obstante, a inauguração de uma perspectiva universalista na história da política exterior do Brasil, diferente da universalidade da “visão regionalizadora”, de JK, consoante interpretação de José Honório Rodrigues, que predominara durante toda a primeira metade do século XX no exercício da política externa brasileira. O rascunho de uma política africana, de fato, tomaria forma no curso da ditadura civil-militar instaurada no país em 1964, como se verá adiante.

A PEI seguia uma lógica pragmática, de acordo com a qual era necessária se proceder a uma diversificação de parcerias. Tratava-se de uma análise prospectiva, uma aposta para o futuro, no qual o resgate da dimensão sul atlântica do Brasil inseria-se na dinâmica de promoção do desenvolvimento, de maneira autônoma e sem se fixar a orientações de natureza ideológica dos seus pares – fosse ela capitalista ou socialista, segundo a polarização característica da Guerra Fria. A política externa dos últimos dois governos representativos da República Liberal de viés populista caracterizava uma nova postura para um novo panorama internacional. Era preciso uma nova moldura para comportar um novo quadro que surgia no contexto global.

Convém indagar se a PEI representava uma reação ou uma inovação. Pode-se argumentar que o movimento da diplomacia nacional instituído por Quadros e Arinos, seu chanceler, continha em sua elaboração um pouco de reatividade, bem como de inovatividade. Percebia-se, enfim, que a aliança com os Estados Unidos, que rendera tantas benesses no curso da Segunda Guerra Mundial e pouco após seu desfecho, perdera sentido. Aquilo que já fora apontado por Raul Fernandes em seu célebre “memorando da frustração” parecia receber, finalmente, a devida atenção. Ademais, os poucos resultados provenientes da Operação Pan-Americana gestada pelo seu antecessor, o presidente JK, enterraria de vez o alinhamento com os Estados Unidos. Alternativamente, a PEI caracterizava uma adaptação a uma nova realidade, em que surgiam novos países e na qual se reconhecia a fragilidade crescente de Portugal. Instituiu-se, assim, uma vertente de transição para um novo estado de coisas.

Não necessariamente essa aproximação com as aspirações africanas renderia bons dividendos. Todavia, seria melhor ter expectativas de obter ganhos

a continuar a promover relações de caráter “histórico e incondicional” (Salgado 2009, I) com um Portugal que sustentava sua “arcaica visão de mundo” (Salgado 2009, II). Ademais, processava-se o resgate da dimensão sul atlântica do Brasil, há muito relegada a uma importância secundária, de forma que se propunha a modernização e a atualização dessa vertente cujo ápice fora vivenciado pelo Nordeste durante o período colonial até a primeira metade do século XIX.

Se é de bom tom atribuir a alcunha de “semeador de vento” a Jânio Quadros e de “presidente equilibrista” a João Goulart, como o fazem Schwarcz e Starling (2015), é difícil crer que ambos os presidentes possuísem destreza e poder de barganha para imprimirem efetividade às iniciativas que se propunham a tocar no plano internacional. E isso mesmo considerando que Quadros havia obtido a maior quantidade de votos para Presidente da República registrada no país até então. Afinal, se política externa é também política pública, necessita, como as demais, de legitimação para que seja efetivamente implementada, tendo em vista que “a política externa não começa onde termina a política doméstica” (Milani 2015), mas, do contrário, configuram dimensões que se relacionam de maneira substantiva. Assim como ocorre em política interna, política externa não se faz apenas com propostas e boas intenções, mas com ampla articulação e negociação em diversos espaços de poder.

No caso de Quadros, tome-se em consideração, por exemplo, seu curto mandato, interrompido com um pedido de renúncia apresentado inesperadamente, menos de sete meses após a sua posse. Por sua vez, Goulart teve de conviver, durante a maior parte de seu mandato, com a chamada solução parlamentarista a fim de conseguir assumir o governo. Nesse contexto de política doméstica turbulenta, a política externa era utilizada pela opinião pública e pelo Parlamento com vistas a deslegitimar a chapa que se sagrou vencedora das eleições de 1960. Em síntese, “a [política] externa receberia os influxos das tensões internas” (Saraiva 1996, 86).

Conforme alude Mario Gibson Barboza, que fora chefe de gabinete de Afonso Arinos na ONU e de San Tiago Dantas quando este foi Ministro de Estado das Relações Exteriores, “mais uma vez se configurava a frustrante marca que caracterizou nossa atuação era uma política externa certa num governo errado” (Barboza 1992, 74). Há de se reconhecer, também, que “a politização vinculada à PEI foi um dos fatores que contribuiu para o Golpe Militar deflagrado por setores conservadores da sociedade brasileira, com apoio explícito norte-americano” (Visentini 2016, 13).

Chegou-se a propor que “o Brasil não teve e não tem política africana”. A afirmação é de autoria de José Honório Rodrigues, constante no prefácio da segunda edição de sua obra *Brasil e África: outro horizonte*, que viria a

público em 1963. A primeira tiragem do livro, lançado em 1961, *pari passu* ao advento da Política Externa Independente, expressava o otimismo em relação à política externa de Jânio Quadros, especialmente no que concerne à sua vertente africanista. Quanto a essa dimensão da atuação exterior do governo Quadros desta feita lamentava:

Pensou-se que ela seria formulada ao nascer o governo Jânio Quadros, mas ficou-se nas declarações iniciais. Na verdade ela nasceu morta, quando a Missão à África foi completada com a Missão a Salazar, uma tese e uma antítese, sem síntese. Não há também política em matéria colonial, e dança-se ao sabor da firmeza ou tibieza dos executores, das injunções transitórias, e assim como a política nacional é o reino da indecisão, a externa é também o domínio da hesitação, mascarada de conciliação (Rodrigues 1982, 20).

A essa mesma característica, Saraiva atribui o nome de “movimentos ou posições zigue zague antes da política externa independente” ou “movimento pendular” (Saraiva 1993, 85). A PEI, nesse sentido, não passou de um esboço, um protocolo de intenções, um programa que não contava com capacidade de ser implementado, considerando o momento político. Não era mesmo viável ir além disso, tendo em conta o próprio contexto interno vivenciado pelo Brasil. Ainda assim, não deixou de abordar aspectos importantes, que seriam recuperados mais adiante, em panorama mais favorável e oportuno.

Aqueles que sustentavam expectativas alvissareiras quanto às iniciativas enunciadas pela PEI, como Honório Rodrigues, esperavam uma postura mais assertiva da diplomacia brasileira naquilo que concernia aos assuntos referentes ao continente africano, e não uma postura reticente em relação ao governo de Salazar, em Portugal. Entretanto, o que se observou foram as abstenções do Brasil tanto na resolução 1603/1961 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) sobre a independência de Angola (Silva 1995), quanto na resolução 1761/1962 contra o regime do *apartheid* na África do Sul, esta adotada no curso do mandato do sucessor de Quadros (Mallmann 2009).

Desse modo, Rodrigues esclarece que

houve um impulso inicial, um apaixonado interesse pela África, mas, política africana, propriamente, nunca se formulou. [...] A política africana do Governo Quadros, nos seus sete meses de gestação, não pariu senão a abstenção nas Nações Unidas, contra a Argélia e contra Angola (...).

A guinada da política externa brasileira em seu processo de abertura para a África na década de 1960 pode ser considerada como uma ação coerente com aquilo que ocorria concomitante e gradualmente no âmbito interno do país, a saber, a procura de valores identitários a fim de explicar a formação nacional do Brasil. Cumpria, pois, resgatar o que fora deixado de lado sobretudo durante o século XIX, em que a Europa representava o modelo a ser seguido pelas elites locais, e o século XX, quando os valores norte-americanos passam a figurar cada vez mais como aqueles a serem adaptados pelos nacionais.

Não se pode negar o momento histórico em que a recuperação – em novos moldes, por certo – da dimensão africana se dava, no qual ganhava relevo a descolonização afro-asiática, o acirramento da Guerra Fria, a necessidade de se buscar novos mercados; todavia, a inexistência de um arcabouço teórico desenvolvido com vistas a fundamentar o discurso oficial possivelmente dificultaria ainda mais essa iniciativa, por si só sujeita a resistências tanto de brasileiros como de africanos de diferentes países e territórios. Esse é um processo que colhe dividendos na longa duração. É de todo conveniente recordar que, ainda em 1939, Getúlio Vargas cria o “Dia da Raça”, a ser celebrado em 10 de junho, reservado à celebração da miscigenação brasileira. Dando continuidade a esse esforço de valorização de aspectos autóctones definidores das gentes brasileiras, em 1963 é instituído o “Dia Nacional do Samba”, que seria comemorado em 2 de dezembro (Figueiredo 2009). Como explica Visentini (2016, 11),

Vargas, durante o período de 1930 a 1945, lançou as bases de um projeto nacional de desenvolvimento, o qual necessitava de uma identidade nacional. A busca da brasilidade, para a qual convocou artistas e intelectuais, resgatava os afrodescendentes do silêncio a que haviam sido relegados e valorizava formas de expressão cultural e religiosa dessa comunidade. O brasileiro, historicamente, era resultado de uma prolongada mestiçagem, e esta dimensão era resgatada como um dos elementos básicos da identidade nacional.

Lusotropicalismo e “Pernambucanidade” na retomada do Atlântico Sul como horizonte possível da Política Externa Brasileira

As obras do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre desempenharam clara influência na forma pela qual o Brasil se relaciona com seus parceiros alhures, em especial com Portugal e com o continente africano, primeiramente

com uma intensa aproximação com aquele e, quando da eclosão dos movimentos anticoloniais, acercando-se mais deste, ainda que procurando manter relações positivas com o Estado português. E, naquela conjuntura, esta posição mostrava-se mais adequada aos anseios nacionais, bem como ao projeto de poder ambicionado pelo país. Era necessário proceder à abertura para a África, em um momento em que ganhava fôlego o projeto de substituição de importações e que, conseqüentemente, apresentava-se como conveniente e, sobretudo, urgente o escoamento da produção brasileira para novos mercados.

Casa-grande & senzala, publicado em 1933, bem como títulos que se seguiram a ela versando sobre lusotropicalismo, procuravam valorizar a miscigenação da sociedade brasileira, atribuindo seu sucesso ao caráter da colonização portuguesa. Amado Cervo (2000, 278) assim explica o conceito lusotropicalismo de Freyre, desenvolvido entre as décadas de 1940 e 1950, a saber: “o sociólogo brasileiro concebia uma comunidade luso-brasileira baseada no que ele chamava ‘luso-tropicalismo’, a condição original que tinha levado o povo português a promover a interpenetração racial, linguística e cultural, combinando a cultura europeia com a cultura tropical”.

Ao passo que *Casa-grande* se voltava mais detidamente à análise interna do Brasil, investigando sua própria formação social e buscando explicações para o funcionamento da sociedade nacional no período colonial; *O mundo que o português criou*, *Um brasileiro em terras portuguesas* e *Aventura e Rotina* apresentavam circunstanciado a uma lógica externa, uma maneira e um discurso que poderiam ser explorados pelo país em sua atuação no mundo luso-tropical.

Considerando que os formuladores da política externa brasileira e os diplomatas constituem parte da elite intelectual, não é de se estranhar que tivessem contato, à época, com o pensamento dos assim denominados intérpretes do Brasil, entre os quais se incluíam, além de Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. De fato, tomando-se o impacto que as ideias do mestre de Apipucos tiveram na sociedade brasileira, bem como na própria autoimagem que o país sustentava, difícil não supor que esse modo de interpretar a formação nacional do Brasil não exerceria certa influência em sua própria projeção externa. Assim, “o engajamento do Ministério das Relações Exteriores [na política africana do Brasil] foi facilitado pelos estudos e abordagens que vinham se desenvolvendo pelas vozes dissidentes dos diplomatas, políticos e intelectuais que vinham dos anos 1950 e que agora era postos em evidência” (Saraiva 1996, 64).

O maior problema e, ao mesmo tempo, o mais notável mérito de *Casa-grande & senzala* foi ter generalizado um esquema estritamente identificado com uma perspectiva de história regional como característica de

história nacional, o que produzia lógicas interpretativas desfocadas do ponto de vista geográfico. Ao evocar sua herança pernambucana, parecia reproduzir um raciocínio característico do século XVII, qual seja, a de a palavra pátria ostentar “caráter local, não nacional” (Corrêa Martins apud Aldé 2008, s/n). Fazia-se agora o contrário: partia-se de uma análise local que se pressupunha nacional.

Naquele movimento triangular entre Brasil, África e Portugal, as ideias introduzidas pelo sociólogo pernambucano seriam moldadas e adaptadas a fim de se coadunarem com aquilo que a diplomacia brasileira desejava propugnar, fosse o estreitamento do relacionamento luso-brasileiro, como defendido explicitamente por Freyre, fosse a defesa do direito à autodeterminação pelos povos africanos. Existia uma diplomacia cultural de vertente afetiva na prática da política externa brasileira em seu relacionamento com Portugal, que fazia uso do discurso lusotropicalista. Dessa maneira, essa deveria ser apenas adaptada para a África, de forma que se alteraria o eixo, mas se manteria a base.

O lusotropicalismo é fruto da própria proximidade cultural entre Pernambuco e Angola. Freyre recupera laços que se esmaecem no pós-independência do Brasil. Conforme salienta José Honório Rodrigues,

Angola foi mais ligada ao Brasil que a Portugal. Foi o Rio de Janeiro que a libertou do domínio holandês; dos seus três deputados às Cortes Constituintes, dois bandearam-se para o Brasil; em 1822 foi no Rio de Janeiro que se lançaram as proclamações pela ‘desprezada Angola’ e logo em seguida os movimentos rebeldes de Luanda e Benguela visaram ligá-la ao Brasil (Rodrigues 1963, 24).

Essa ligação é evidenciada por Luiz Felipe de Alencastro, que relata que a viagem entre Recife e Luanda no primeiro quartel do século XVII durava 35 dias, ao passo que o mesmo trajeto para a Angola partindo da Bahia se estendia por quarenta dias, e do Rio, cinquenta (Alencastro 2000), de maneira que se conformava uma “Angola brasileira”, na acepção do historiador. Ademais, o período entre os anos 1648 e 1665 é denominado “o período brasileiro da história de Angola”, compreendendo os governos Salvador de Sá, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros (Silva Rego apud Alencastro 2000, 262).

O estratagema freyriano insere-se em uma vertente de valorização do sentimento nativista vigente em Pernambuco, hodiernamente denominado “pernambucanidade” (Aldé 2008, s/n). Segundo essa lógica, aquele Estado do Nordeste brasileiro seria identificado como modelo de resistência à colo-

nização portuguesa, expulsando, inclusive, os invasores holandeses. Cumpre salientar a trajetória de André Vidal de Negreiros que, além de governador de Pernambuco, será também governador de Angola, sendo reconhecido pelo historiador Francisco Adolfo Varnhagen como “legítimo representante dos brasileiros na gloriosa restauração do solo nordestino ao corpo da nação” (Pessoa 2009, 8).

Em suma, a importância do lusotropicalismo residia na recuperação da dimensão do Atlântico Sul nas relações internacionais do Brasil. A geografia revelava-se um quesito fundamental para o advento da PEI. O viés geográfico e o lusotropicalismo deviam ser vistos como complementares nesse processo, justificando-se mutuamente. Procurava-se reatar um laço que fora desfeito ainda no século XIX, em um processo adequadamente descrito por Honório Rodrigues,

Feito o rompimento, por volta de 1855, por imposição britânica com a aquiescência de Portugal, que de 1847 a 1895 negou-nos o estabelecimento de um consulado em Angola, a nossa política latino-americanizou-se e o Rio da Prata passou a ocupar lugar mais destacado, afora, é evidente, o predomínio inglês e o incremento do intercâmbio comercial e da influência cultural e política norte-americana (Rodrigues 1963, 25).

Seria na ditadura civil-militar que se definiria efetivamente a política africana do Brasil, com a “pioneira viagem de Gibson Barboza a nove países da África Ocidental – Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomé (atual Benin), Zaire, Camarões, Nigéria, Senegal e Gabão – em novembro de 1972” (Laramao 2007, 46). Evidenciava-se uma aproximação tanto comercial quanto política com a África, marcando uma “mudança de postura do governo brasileiro em relação ao colonialismo português” (Laramao 2007, 46).

A viagem do chanceler Gibson Barboza a nove países da costa Ocidental africana, o golfo da Guiné, demonstra o empenho do Brasil em estreitar laços com o continente. O périplo africano não compreende territórios que travavam lutas sangrentas contra europeus, tampouco territórios portugueses. Havia empenho pessoal de Barboza em convencer os portugueses a facilitarem a independência de suas províncias ultramarinas. Ocorre, inclusive, um encontro entre o diplomata brasileiro e Marcelo Caetano para tentar lograr o convencimento da contraparte portuguesa.

Cabe conjecturar ainda em que grau o denominado sentimento de pernambucanidade chegou a se refletir na necessidade e na importância de se buscar a África. Teria que se buscar a influência que se desdobrou na PEI no

pensamento do pernambucano Gilberto Freyre, uma possível “raiz esquecida” daquela. A concretização da política externa para a África, propriamente, há de ser identificada na atuação de Mario Gibson Barboza, o executor do chamado périplo africano, aquele que, de acordo com Lamarão (2007, 43), “abriu as portas para a presença do país na África”. Assim, cumpre questionar se seria mera coincidência o fato de Barboza ser também natural de Pernambuco, bem como de ter sido auxiliar de pesquisa de Gilberto Freyre, na década de 1930. Como propõe Alzira Abreu “as trajetórias de vida podem se tornar objeto de análise e interpretação histórica, sendo possível fazer a articulação entre o tempo de uma história individual e o tempo sócio-histórico, ou sejam a articulação entre biografia e história” (Abreu 2007, 8).

Constata-se a relação direta e pessoal entre Mario Gibson Barboza e Gilberto Freyre. Quando da entrevista do diplomata ao historiador Jerry Dávila, aquele confidenciara ao pesquisador norte-americano que frequentava encontros na residência do sociólogo, na década de 1930, aos quais se refere como verdadeiras aulas de sociologia, oportunidades em que se discutia o africanismo constante no país. Barboza, à época ainda era discente da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco e, juntamente com seus pares acadêmicos, seguiam dessas reuniões para realizar pesquisa para o livro *Sobrados e mucambos*, de 1938, que se seguiu à *Casa-grande & senzala*. Outrossim, Gibson confessa a Dávila a participação no I Congresso Afro-Brasileiro, organizado por Freyre em 1934. Aquele que seria chanceler do governo do general Emílio Gastarrazu Médici registra que manteve relação de amizade com Gilberto Freyre durante toda a vida e que este participou dos preparativos da missão diplomática que se tornaria conhecida como périplo africano (Dávila 2011).

A historiadora Cíntia Vieira Souto, que também entrevistou Gibson Barboza, confirma as informações apresentadas acima, além de listar outras. A pesquisadora afirma que, na entrevista a ela concedida, Barboza menciona ter sido paraninfo de Gilberto Freyre quando este recebeu o título de doutor *honoris causa*, pela primeira vez, concedido pela Universidade de Pernambuco. Cíntia Souto relata ainda que o diplomata conversou com Freyre a respeito de coisas que testemunhou na África, atestando a proximidade entre a África e o Brasil – fatos que eram desconhecidos do sociólogo pernambucano. Finalmente, Barboza refere-se a seu conterrâneo como “velho e querido amigo” (Barboza 1992, 301).

Tal qual Freyre, Mario Gibson Barboza sempre evocava suas origens ao se apresentar. Em seu clássico *Na diplomacia, o traço todo da vida*, o diplomata, além de trazer no título da obra alusão à frase atribuída a seu conterrâneo

Joaquim Nabuco reproduzida em epígrafe², alude no segundo parágrafo da nota introdutória sua origem pernambucana: “Principalmente nasci em Olinda” (Barboza 1992, 7). De fato, a própria continuação do trecho em que expõe a ideia do “traço todo da vida”, Nabuco se refere à Pernambucano como sendo um fator sempre presente em sua vivência:

Passei esse período inicial [os primeiros oito anos da vida] tão remoto, porém, mais presente do que qualquer outro, em um engenho de Pernambuco, minha província natal. A terra era uma das mais vastas e pitorescas da zona do Cabo... Nunca se me retira da vista esse pano de fundo que representa os últimos longes de minha vida (Nabuco apud Lafer 2002, 20).

Um dos principais artífices da abertura da política externa do Brasil para a África confessa: “penso que meu sentimento entranhado de brasilidade tem grande dívida com o caráter tão brasileiro daquela cidade onde nasci e me criei. Naquele tempo, meu horizonte era limitado” (Barboza 1992, 7). Quando da execução de seu périplo africano, Barboza constata as similaridades entre o Nordeste brasileiro e aqueles países do outro lado do Atlântico Sul: “eu, quando visitei esses países, verifiquei que em certos lugares da África eu tinha a impressão que estava na Bahia ou em Pernambuco. A praia é a mesma, o mar é o mesmo, a comida é a mesma”. “Não é só uma questão de pagar uma dívida de um remorso; é que a ligação entre o Brasil e a África é única”. E conclui: “e essa política, se me permitem um pouco de vaidade, eu me orgulho de ter aberto, porque acho que é um momento importante na política externa brasileira” (Barboza 1992, 28). [...] “Essa abertura para a África foi uma coisa que marcou a minha gestão. Permitam-me dizer isso, não só isso, mas essa foi uma das coisas que eu considero mais importantes que tive oportunidade de fazer” (Barboza 1992, 29-30).

Quando propõe ao presidente Médici iniciativas voltadas ao continente africano, constata-se os argumentos que coincidem com ideias introduzidas por Gilberto Freyre:

quando eu propus ao Médici fazer uma abertura para a África da política externa brasileira, pelos motivos que eu explicava na exposição de motivos que fiz depois para ele e que ele aprovou, ou seja, que o Brasil não é um país negro, mas é um país mestiço. Nós temos, para mim, a vantagem, a glória de ser um país mestiço, acho que isso dá muita riqueza à civilização brasileira. O coeficiente africano para a

² “O traço todo da vida é, para muitos, um desenho da criança esquecido pelo homem” (Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, “Massananga”).

formação da nossa nacionalidade foi enorme. Quando foi decretada a abolição da escravatura no Brasil, dois terços da nossa população era de negros escravos. Este país foi construído pelo braço negro, pelo braço do escravo negro. Ele foi feito no braço do escravo negro. Foi isso que construiu o Brasil. Nós temos uma dívida moral para com a África nesse sentido (Barboza 1992, 29-30).

A raiz da vertente africanista, identificada em Freyre, seria recuperada e colocada em curso por Barboza. A história se repetia, conforme expressão da personagem Úrsula, imortalizada por Gabriel García Márquez em *Cem anos de solidão*. Similarmente ao que ocorria durante o período colonial, quando Recife e Angola mantinham estreita relação, vigiada sob o olhar atento e desconfiado de Portugal, tentava-se recuperar esse vínculo histórico, adaptado aos tempos modernos, mas que ainda despertava suspeitas por parte da relutante potência colonial lusa.

Barboza, um ator central durante a vigência da Política Externa Independente, testemunhara em posição privilegiada a falta de trato político daqueles dois últimos presidentes da chamada República liberal populista. O “semeador de vento” e o “presidente equilibrista” podiam ter bons projetos, mas eram patentes suas incapacidades para implementá-los. Essas incapacidades podiam decorrer tanto de fatores de ordem pessoal, como no caso de Jânio, quanto do acirramento político-ideológico do cenário doméstico, no caso de Jango.

Quanto a Jânio, Barboza afirma que este chegara a autorizar a nova posição portuguesa de voto contrário ao colonialismo português, mas que mudara sua posição ao falar com o presidente de Portugal. O relato de Barboza sobre esse episódio tornou-se icônico:

- É, Ministro, mudei sim. Já prometi ao Embaixador que nós vamos votar a favor de Portugal. Sabe, Ministro, o Presidente de Portugal telefonou-me, fez um apelo, eu chorei ao telefone, choramos os dois. Ficamos aos prantos. Não podemos fazer isso com Portugal. Não, Ministro, não vote contra Portugal”.

E refletia:

É verdade que o Presidente de Portugal telefonou para Jânio? Penso que sim. É verdade que ele chorou? Pode ser, não sei. É possível que ele tenha simplesmente cedido à pressão e que tenha querido dar ao seu Chanceler, bem no seu estilo, a aparência de um gesto patético, dramático, à guisa de explicação. Com Jânio Quadros foi sempre difícil saber realmente onde se inseria o histrionismo (Barboza 1992, 237-238).

Por seu turno, em relação a Jango, Barboza expunha que

não tinha nenhuma capacidade para governar – governo zero. Nunca vi incapacidade igual. Se aquilo tivesse continuado, não sou a favor de golpe militar, mas se tivesse continuado aquilo virava uma república sindicalista que quem mandava não ia nem ser ele, mas ele não tinha disso, não. Agora, a presença dele era uma presença cordial (Barboza 2002, 32).

“A política externa certa num governo errado”, um “governo zero”, poderia finalmente ser posta em marcha, em um ambiente político e econômico mais favorável, como era aquele da primeira metade da década de 1970, época do denominado milagre econômico. O cabedal de iniciativas a serem executadas estavam bem estudadas, esperando para integrar a pauta de atuação exterior de maneira adequada. Aquele expectador privilegiado da década de 1960, passava, no decênio seguinte, à posição de principal executor.

Considerações Finais

A ação de se buscar a África coincidia com o próprio esforço de construção da identidade nacional, tão promovido durante a primeira metade do século XX. A vertente portuguesa havia sido bem explorada como elemento constitutivo da identidade brasileira, até mesmo em função da forte presença de nacionais portugueses e de seus descendentes, sobremaneira na região urbana da cidade do Rio de Janeiro. Necessitava-se, de modo alternativo e concomitante, sem negar a herança lusa constante no país, o reconhecimento da África na formação nacional do Brasil, e isso repercutia, inclusive, na dimensão das relações exteriores do Estado brasileiro.

O luso-tropicalismo gilbertiano não causou interpretações desencontradas apenas no Brasil, mas também em Portugal, conforme se evidencia de depoimento de Mário Soares, “na presença do próprio Gilberto Freyre, no Recife, em 23 de março de 1987”:

Essa teoria foi mal aproveitada no tempo do antigo regime, mas justamente eu quis demonstrar que a obra de Gilberto Freyre era admirada em Portugal, não só por aqueles eram os partidários do colonialismo, como pelo Portugal livre, democrático e moderno que eu represento; [...] Portugal, independentemente de regimes, ou independentemente de credos políticos, está com Gilberto Freyre e compreende a grandeza de sua obra e a sua importância para Portugal, para o Brasil, e para aquilo que nós podemos chamar de a nossa unidade linguística afro-luso-brasileira (Soares apud Chacon 2001, 112).

Assim como alguns diplomatas brasileiros atuantes em meados do século XX faziam, Soares também entendia “a possibilidade e a necessidade de readaptar o luso-tropicalismo conforme as razões de Estado” (Soares apud Chacon 2001, 112). Freyre, como atesta Chacon (2001, 85), foi objeto de “acusações políticas de conservador a até reacionário, ‘ideológico’ de falsa democracia étnica, ‘salazarista’, ‘defensor’ do regime militar brasileiro de 1964, ‘saudosista’ enfim da casa-grande contra a senzala etc etc etc”.

Gilberto Freyre participa do processo de construção da brasilidade, que traria consequências externas, entre as quais a projeção da política externa do país para a África, inaugurando-se uma nova vertente na atuação exterior do Brasil. Tal como se evidenciava internamente a contribuição de vários povos, culturas e etnias para a formação nacional, externamente implicava a diversificação de parcerias – a noção de que a diplomacia brasileira, em virtude da própria composição diversificada do povo por ela representado, podia globalizar ou universalizar seu portfólio de relações.

Se o “maestro pernambucano” – como a ele se refere Fernando Henrique Cardoso (2013) – regeu ampla gama de músicos na orquestra do pensamento social brasileiro, pode-se dizer que perdeu o controle de seus regidos quando estes trataram de política externa brasileira. Não obstante a existência de interpretações desconstruídas acerca de suas ideias, resta evidente a valorização de elementos identitários autóctones para a consequente projeção internacional do país, em observância à opinião de Tolstoy (apud Chacon, 111), segundo a qual “se queres ser universal, fala de tua aldeia”. De acordo com Cardoso (2013, 95), “todo o pensamento gilbertiano estava voltado para a singularidade das formas sociais e culturais do Brasil”. Ao mesmo tempo em que os brasileiros usufruíam do encontro com a sua própria brasilidade, descobriam também que podiam universalizar suas relações externas, sem limitações de qualquer natureza, acarretando, inclusive, na abertura para a África.

REFERÊNCIAS

- Abreu, Alzira de; Lamarão, Sérgio (org.). 2007. *Personalidades da política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Aldé, Lorenzo. 2008. “Eles são os maiores”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1 de jun. de 2008. <http://revistadehistoria.com.br/secao/capa/eles-sao-os-maiores>.
- Alencastro, Luiz Felipe de. 2000. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Barboza, Mario Gibson. 1992. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record.
- Cervo, Amado Luiz; Magalhães, José Calvet de. 2000. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- Chacon, Vamireh. 2001. *A Construção da Brasilidade: Gilberto Freyre e sua geração*. 1. ed. São Paulo: Livraria Nobel.
- Cardoso, Fernando Henrique. 2013. *Pensadores que inventaram o Brasil*. 1.ffi ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Figueiredo, Luciano (org.). 2009. *Raízes africanas*. Coleção Revista de História no Bolso, v. 6. Sabin: Rio de Janeiro.
- Dávila, Jerry. 2011. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra.
- Lafer, Celso. 2002. “Introdução”. In: Silva, Alberto da Costa e. *O Itamaraty na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: F. Alves.
- Mallmann, Luciane Cristine. 2009. *Cooperação no setor de políticas sociais: da bilateralidade Brasil-África do Sul à multilateralidade IBAS*. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre. <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18441/000729181.pdf?...1>.
- Màrquez, Gabriel García. 1993. *Cem anos de solidão*. 38.ffi ed. Rio de Janeiro: Record.
- Milani, Carlos R. S. 2015. “Política Externa é Política Pública?”. *Insight Inteligência*. Rio de Janeiro, v. XVIII, p. 56-75, 2015.
- Pessoa, Ângelo Emílio da Silva. 2009. “Vidal de Negreiros: um homem do Atlântico no século XVII”. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. ANPUH, Fortaleza.
- Rodrigues, José Honório. 1982. *Brasil e África: outro horizonte*. 3ffi ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Salgado, Carolina de Oliveira. 2009. “As relações diplomáticas entre Brasil e Portugal na questão dos territórios coloniais portugueses na África (1961 - 1964)”. *Anais do II Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)*, São Paulo.
- Saraiva, José Flávio Sombra. 1993. “Construção e desconstrução do discurso culturalista na política africana do Brasil”. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, v. 30, n.118, p. 219-236.

- _____. 1996. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- Silva, A. E. Duarte. 1995. “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”. *Análise Social*, vol. XXX (130), (1.fol). pp. 5-50. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122337927506tBLoan1Az23CC9.pdf>.
- Schwarcz, Lilia; Starling, Heloisa. 2015. *Brasil: uma biografia*. 11.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Visentini, Paulo Fagundes. 2016. *A relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios*. Rio de Janeiro: Alta Books.

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar a política externa do Brasil para a África, desenvolvida na década de 1960, durante a vigência da Política Externa Independente, de Jânio Quadros e de João Goulart, mas efetivamente implementada por Mario Gibson Barboza, no curso do regime civil-militar brasileiro, como tendo sido influenciado diretamente pelo pensamento de Gilberto Freyre, sobretudo pela ideia de lusotropicalismo. Ademais, analisa-se a presença do sentimento de “pernambucanidade” na retomada do Atlântico Sul como horizonte possível da política externa brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Política africana do Brasil; lusotropicalismo; pernambucanidade.

*Recebido em 24 de abril de 2018.
Aprovado em 6 de junho de 2018.*